

A educação colonial brasileira em pesquisas científicas: uma análise das concepções de infância¹

Ana Luiza Taborda da Paixão⁽²⁾ e
Felipe Augusto Fernandes Borges⁽³⁾

Data de submissão: 15/2/2023. Data de aprovação: 24/5/2023.

Resumo – O presente artigo expõe informações apresentadas em pesquisas científicas sobre as concepções de infância no Brasil colonial presentes nos relatos dos padres da Companhia de Jesus. Por meio deste trabalho, busca-se apontar alguns aspectos relativos à base documental sobre a atuação dos padres jesuítas no Brasil e apresentar uma ideia de como se constituía a infância brasileira antes da chegada dos padres, desenvolvida dentro das comunidades indígenas, além de trazer aspectos evangelísticos e metodológicos do ensino jesuítico. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico realizada a partir de buscas em bases de dados de trabalhos acadêmicos, sendo eles: SciELO, Portal de Periódicos da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Google Acadêmico, dos quais retiraram-se textos de vários autores brasileiros que escreveram teses, dissertações e artigos sobre o assunto. A partir dessas bases, o artigo traz pontos importantes sobre a infância no Brasil colonial pela perspectiva de pesquisadores que estudaram a Companhia de Jesus e apresentaram aspectos desses processos de aculturação que estão em nossa herança cultural.

Palavras-chave: Catequese. Companhia de Jesus. Educação colonial. Infância.

Brazilian colonial education in scientific research: an analysis of childhood conceptions

Abstract – This article exposes information presented in scientific research on the conceptions of childhood in colonial Brazil present in the priests reports of Jesus Society. Through this work, we seek to point out some aspects related to the documentary base on the performance of Jesuit priests in Brazil and present an idea of how Brazilian childhood was constituted before the arrival of the priests, developed within indigenous communities, in addition to bringing aspects evangelistic and methodological aspects of Jesuit teaching. This is a bibliographical research carried out from searches in databases of academic works, namely: SciELO, CAPES Journal Portal, Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations and Google Scholar, from which texts were withdrawn of several Brazilian authors who wrote theses, dissertations and articles on the subject. Based on these bases, the article brings important points about childhood in Colonial Brazil from the perspective of researchers who studied the Society of Jesus and presented aspects of these acculturation processes that are part of our cultural heritage.

Keywords: Catechism. Society of Jesus. Colonial education. Childhood.

¹ O presente artigo é resultante de um projeto de pesquisa financiado com bolsa de pesquisador estudante pelo Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Instituto Federal do Paraná - PIBIC/IFPR.

² Graduanda em Pedagogia do Instituto Federal do Paraná, *Campus* Pitanga. Participa do Grupo de Pesquisa História, Educação e Cultura – GPHECULT (IFPR) e do Programa Residência Pedagógica – Núcleo Pedagogia do IFPR/Pitanga. Foi bolsista do Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Instituto Federal do Paraná - PIBIC/IFPR. [*analuzatapa@gmail.com](mailto:analuzatapa@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0774-5526>.

³ Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor do curso de Pedagogia do Instituto Federal do Paraná, *Campus* Pitanga. É líder do Grupo de Pesquisa História, Educação e Cultura – GPHECULT (IFPR) e participa do grupo de pesquisa: Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP) da Universidade Estadual de Maringá. felipe.borges@ifpr.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4812-9992>.

Introdução

Como muito se tem pesquisado e estudado, as concepções de infância percorrem diversos campos da história social. Compreender essas concepções no Brasil colonial traz aos pesquisadores grandes desafios e problemáticas. Para sanar essas questões, diversos trabalhos de pesquisa histórica são realizados a fim de responder à maior quantidade possível de perguntas sobre o tema.

Diferentes autores já se detiveram na análise dos aspectos históricos da formação do conceito de infância conforme hoje o vemos, muitos dos quais amplamente citados e reconhecidos em produções a respeito da infância e sua historicidade. Essas produções versam tanto sobre questões gerais relativas à história da infância quanto a questões mais específicas, voltadas à análise da infância no Brasil. Do ponto de vista global, Ariès é um autor pioneiro na problematização das raízes históricas das concepções modernas de infância. Com relação aos estudos da história da infância no Brasil, Moisés Kuhlmann Júnior é uma referência incontornável (ARIÈS, 1981; KUHLMANN JR., 1998; 2001). Além dele, podemos citar Fernando Torres Lodoño (1995), Mary Del Priore (1991) e Rafael Chamboleyron (1999). Uma produção recente sobre a historiografia envolvendo a ação da Companhia de Jesus com as crianças brasileiras foi publicada por Borges e Borges (2022). Devemos destacar que há outras produções não citadas aqui, pois nos detivemos ao escopo do levantamento bibliográfico realizado, no âmbito do projeto de pesquisa em que este trabalho se desenvolveu.

Como pesquisar fatos passados cujas personagens não se encontram em vida requer a análise de fontes documentais, muitos aspectos e conceitos podem ser deixados para trás nas análises. Assim, é necessário e produtivo buscar fontes bibliográficas que apoiem, com pesquisas anteriores, as investigações que empreendemos e que elucidem fatos que parecem complexos aos olhos do pesquisador.

Logo, a razão para o desenvolvimento desta pesquisa foi a necessidade de se ter um aporte teórico que embasasse as pesquisas documentais sobre a presença dos jesuítas no Brasil colonial. Ao ler os textos já escritos de pesquisas realizadas por outros autores, percebem-se as relações e ações dos padres no Brasil de forma mais abrangente. Como os textos documentais se encontram em primeira pessoa, os trabalhos bibliográficos, descritos em terceira pessoa, trazem uma visão do todo que facilita a compreensão dos trabalhos documentais, pois, por muitas vezes, a narrativa individualista dos padres acaba dificultando a ligação de acontecimentos que, acontecendo em um mesmo momento, são narrados de um ponto de vista diferente por cada um deles.

Tais trabalhos foram selecionados com vistas a alcançar o objetivo da análise das compreensões de infância dos padres jesuítas e têm em comum o fato de relatar as práticas da Companhia com as crianças do Brasil e apontar documentos históricos e referências bibliográficas que embasam sua pesquisa.

Objetiva-se com a pesquisa alcançar clareza na interpretação documental, compreender o que outros pesquisadores têm percebido acerca das relações coloniais; apresentar uma ideia de como se constituiu a infância brasileira antes da chegada dos padres, aquela em que as crianças eram criadas e educadas pelos seus pais e comunidade dentro do contexto de seus povos; trazer os aspectos da evangelização e metodologias jesuíticas; além de estudar o ensino realizado pelos padres logo após sua chegada e durante os anos subsequentes nas terras brasileiras.

Esta pesquisa foi realizada utilizando um aporte bibliográfico e, resultante disso, dividiu-se o artigo em três partes: o primeiro tópico apresenta uma abordagem geral da infância brasileira antes da chegada dos padres, mais precisamente, da infância dos índios tupinambás, muito relatada por viajantes e missionários; o segundo traz os momentos após a chegada dos padres nas terras brasileiras, suas primeiras ações e organização; o terceiro, por sua vez, apresenta uma pequena mostra do ensino realizado pela Companhia, suas referências e metodologias.

Materiais e métodos

A pesquisa realizada foi de cunho bibliográfico, pautada na análise a partir de buscas nas seguintes bases de dados de trabalhos acadêmicos: SciELO, Portal de Periódicos da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Google Acadêmico, das quais extraímos 27 trabalhos, como teses, dissertações e artigos publicados em revistas.

Destes, 22 foram selecionados após a leitura, por abordarem os conceitos que eram importantes à pesquisa, e 20 foram efetivamente utilizados e citados diretamente neste trabalho. Foram utilizadas palavras-chave para obter os resultados de busca esperados: pesquisou-se por “Companhia de Jesus no Brasil”, “Catequese”, “Educação no Brasil Colônia” e “Educação jesuítica”, entre outros termos que afunilaram e focaram os documentos que tratavam sobre o tema.

Através disso, houve a revisão e o estudo dos materiais bibliográficos, que resultaram no trabalho a seguir.

Infância indígena no Brasil

Vamos tratar aqui sobre a história da infância brasileira, com base em autores que estudaram e analisaram cartas e documentos históricos do Brasil no período colonial, de 1549 até 1560, no qual se desenvolveu o primeiro período de trabalho da Companhia de Jesus, sob o comando de Manoel da Nóbrega. Este tópico visa, especificamente, esclarecer o modo de vida infantil dentro das comunidades indígenas da época.

Uma das primeiras fontes bibliográficas analisadas foi o texto *A Ação Pedagógica da Companhia de Jesus no Brasil do Século XVI e os Usos da Memória*, de Camila Nunes Duarte Silveira (2013), que realizou um estudo sobre o uso das memórias pela Companhia de Jesus no Brasil. Segundo ela, a educação brasileira, antes da chegada dos portugueses, era desenvolvida dentro dos núcleos indígenas. Assim, as comunidades indígenas possuíam sua forma própria de criar seus filhos, os quais recebiam da família um tratamento diferenciado do adulto. Segundo a autora, os ameríndios educavam as crianças com base na cooperação, havendo relatos de tal tratamento nas cartas jesuíticas, nas quais eles descreviam que havia o cuidado dos pais em não castigar as crianças, alimentá-las e ensinar os costumes da comunidade e as brincadeiras através dos exemplos (SILVEIRA, 2013).

Segundo Antônio Marcos Chaves (*apud* SILVEIRA, 2013), isso não ocorria pelo sentimento de infância, mas sim devido ao fato de os adultos compreenderem as crianças como mais frágeis, afirmando mais enfaticamente tal ideia ao dizer que, para os indígenas, isso não era empecilho para delegar aos pequenos atividades da comunidade. O autor ainda usa como base uma carta de Nóbrega em que se relata uma tradição indígena na qual mulheres da tribo eram “oferecidas” aos prisioneiros de guerra e, caso uma criança nascesse da relação sexual entre eles, esta também deveria ser sacrificada e servir de alimento por não ter partes naquela comunidade indígena.

Fazem guerra, uma tribu a outra, 10,15, 20 leguas, de modo que estão todos entre si divididos. Si acontece aprisionarem um contrario na guerra, conservam-o por algum tempo, dão-lhe por mulheres suas filhas, para que o sirvam e guardem, depois do que o matam com grande festa e ajuntamento dos amigos e dos que moram ali por perto, e si delles ficam filhos, os comem, ainda que sejam seus sobrinhos e ambém alguma irmãos, declarando ás vezes as próprias mães que só os paes e não a mãe, têm parte nelles. (NÓBREGA, 1549, *apud* SILVEIRA, 2013, p. 57)

Nesse contexto, as divisões do trabalho ocorridas desde a infância dentro das aldeias não eram segundo a concepção de acúmulo de bens, pois nas culturas indígenas o ato de acumular bens materiais era insignificante. Os índios repartiam bens materiais e conhecimento de forma igualitária, porém, segundo a autora, as mulheres recebiam certa desvantagem por terem uma quantidade maior de tarefas para realizar. Essa ideia expressa alguns pontos da cultura indígena antes da chegada dos portugueses, cultura esta que eles mudaram completamente, pois sua visão

de vida, educação e cultura foi sendo transformada desde o “aparecimento” dos brancos em terras brasileiras (SILVEIRA, 2013).

Tatiana do Socorro Correa Pacheco (2017), no artigo intitulado *As Diferenças De Gênero nos Cuidados e na Educação de Meninos e Meninas no Brasil no Período Colonial*, traz também alguma reflexão sobre esse assunto, porém com uma visão um pouco diferente sobre a criação dos filhos realizada pelos indígenas e sua hierarquia social. A autora contempla uma visão parecida com a de Ronald Raminelli (2012), que escreveu um capítulo de livro intitulado *História das Mulheres no Brasil*, em que aponta estudos que compreendem alguns aspectos interessantes da cultura indígena na chegada dos padres jesuítas, como uma explanação sobre os cuidados para meninos e meninas na tribo dos tupinambás. Segundo o autor, os meninos, ao nascer, tinham o cordão umbilical cortado pelo pai e eram banhados no rio; já as meninas tinham o cuidado exclusivo da mãe. A amamentação, na cultura indígena, era especial e exclusiva, a mãe sempre amamentava seu próprio filho e nunca cedia a ninguém esse dever. Pacheco (2017, p. 149) afirma que “antes da chegada dos portugueses, a educação da criança indígena estava baseada no amor, diálogo, liberdade e sem castigos corporais”. Tratando exatamente desse assunto, Luciana Esmeralda Ostetto (1991), em seu artigo *Imagens da Infância no Brasil Escravocrata*, traz uma afirmação muito importante e esclarecedora:

A questão central, na educação, era a adaptação ao meio, a resistência e a conquista da independência. Por isso davam-lhes banhos frios para robustecer o corpo; os exercícios corporais; a introdução no trabalho de sobrevivência; os rituais de iniciação. Ou seja, passavam-lhes os costumes da tribo, ensinando-lhes a viver “como índios” (OSTETTO, 1991, p. 138).

Com isso, havia a classificação de deveres e mudanças de acordo com as crianças e as fases da vida em que ela se encontrava. Após o nascimento, todos os bebês eram chamados de *peitam*. Na segunda fase, as meninas eram amamentadas por mais tempo que os meninos, até aproximadamente os seis anos (RAMINELLI, 2012). Somente a partir dos sete anos surgiam as divisões dos papéis de meninos e meninas dentro da comunidade (OSTETTO, 1991). Os meninos treinavam arco e flecha e aprendiam a buscar alimentos para casa, e as meninas começavam a aprender fiação e a fazer pequenos utensílios de barro, preparar alimentos, cuidar da roça e fabricar farinha. Assim, as crianças iam crescendo de acordo com sua função dentro da aldeia, delimitada pela sua sexualidade e cultura. Pacheco também afirma que essa divisão de trabalhos não denotava um sentimento de inferioridade pelo sexo feminino, mas demonstrava como funcionavam as divisões de funções dentro das comunidades (PACHECO, 2017).

Essa diferença entre as interpretações dos autores é perceptível e precisa ser observada e analisada com cuidado para a obtenção de resultados significativos durante as pesquisas históricas. Alguns autores podem afirmar que o tratamento indígena com suas crianças não passava de mera consciência das suas fragilidades, mas há aqueles que afirmam, a respeito dos relatos sobre esses indígenas, que esse cuidado era, sim, demonstração de amor e afeto por aqueles que foram gerados dentro das aldeias. Por isso, tal reflexão bibliográfica se torna interessante, para observarmos o que outros pesquisadores têm encontrado e interpretado acerca dessas relações sociais do passado.

Infância catequizada pelos jesuítas no Brasil

Após a chegada da primeira comitiva de jesuítas vindos de Portugal, essa realidade citada anteriormente se tornou completamente diferente, ao menos nos locais de sua influência. Os primeiros padres, ao chegarem ao Brasil com Tomé de Souza, vieram com a convicção de que estavam trazendo “boas novas” a um povo perdido no pecado. Juntamente com o governador-geral vieram padre Manoel da Nóbrega, padre João de Azpilcueta Navarro, padre Leandro Nunes, padre Antônio Pires, irmão Vicente Rodrigues e irmão Diego Jácome. Destes, segundo Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro, Camila Nunes Duarte Silveira e Maria Cleidiana

Oliveira de Almeida (2013), no texto *A Pedagogia Jesuítica no Brasil: experiências iniciais, conquistas e vicissitudes no entardecer colonial*, receberam destaque: Nóbrega, por ser o líder do grupo; Rodrigues, por ter uma didática que conquistou os nativos; e Navarro, pela aprendizagem da língua nativa, o que o fez ser bom “língua”, ou seja, bom intérprete, já que língua era uma palavra usada pelos padres da Companhia para designar as pessoas que realizavam tal função, a qual, como muitas outras, era tratada como um dom de Deus.

Iara Kassab (2010), em *As Estratégias Lúdicas nas Ações Jesuíticas, nas Terras Brasília (1549-1597), “Para A Maior Glória De Deus”*, afirma que os padres começaram seu trabalho se aproximando e tentando comunicação com a comunidade indígena. Em um primeiro momento, conheceram e pesquisaram informações sobre as pessoas que habitavam no lugar, pois ao chegarem à Baía (atual estado da Bahia) se depararam com mais ou menos 40 moradores de uma aldeia, portugueses trazidos às terras brasílicas, além de muitos indígenas que falavam em diferentes idiomas e tinham costumes ímpares, e, a partir daí, começam a adentrar a província e a espalharem-se, com a intenção de realizarem suas atividades missionárias.

Segundo Luis Kist (2008), autor do trabalho *Os Jesuítas no Brasil, Guiados pela Fé e Regidos pela Colônia*, esse encontro com os brancos (portugueses) trouxe grandes problemas para os irmãos da Companhia, pois os brancos da terra eram pessoas que viviam ao modo gentílico, haviam perdido, de acordo com esses padres, seu “bom espírito cristão”, e, para choque total dos irmãos, transmitiam esses hábitos repreensíveis para seus filhos, apresentando para a Companhia de Jesus do Brasil uma nova realidade, a de que, além de catequizar e educar os indígenas, seria necessário educar e catequizar os brancos que viviam em “pecado” com as “mulheres dos índios” e entre si, além de seus filhos que eram criados entre costumes que fugiam das atitudes consideradas dignas pelos cristãos europeus.

O autor menciona que, a partir daí, os padres passaram a refletir sobre a necessidade de afastar os indígenas da convivência pecaminosa dos brancos e a prepará-los para serem mão de obra dos colonos e do Estado. Afinal, o problema dos indígenas estava nos seus costumes, já que o que faltou para a realização dos trabalhos evangelísticos foi a consistência dos “ameríndios”, pois os indígenas adultos não permaneciam longe das suas tradições e culturas, não deixavam de confiar no trabalho dos pajés e não queriam seguir a doutrina católica, conforme a vontade dos padres (KIST, 2008).

Para isso, era necessário haver mais vigilância sobre eles, e os aldeamentos passaram a ser muito considerados pelos padres. Em 1550, já houve tentativas de unir vários indígenas convertidos, mas sua cultura nômade impedia grandes avanços nesse quesito. Assim, de acordo com Silveira (2013), o modo de investir na questão de catequese e conversão vai mudar o foco dos adultos para as crianças e, a partir daí, as casas de ler e escrever vão se tornar uma realidade vital para o evangelismo brasileiro.

As literaturas apontam que o otimismo dos jesuítas perante a conversão dos indígenas fora abalado diante da dificuldade de evangelizar os nativos adultos. Serafim Leite relata que a opção em começar o trabalho com os curumins foi uma boa escolha, pois, através dos filhos, poderiam atingir seus pais arredios, supersticiosos e em geral difíceis de mover, como toda gente já feita (SILVEIRA, 2013, p. 95)

Segundo a autora, com o abatimento dos irmãos da Companhia, causado pelo fracasso nos trabalhos até então realizados, o ensino e catequese das crianças pareceu fundamental para que os frutos (termo designado pelos padres para bons resultados) comesçassem a aparecer.

Os jesuítas tinham a esperança de que, ensinando os meninos na doutrina e nos bons costumes, fazendo-os ler e escrever em português, por certo poderiam transmitir esses conhecimentos também aos seus pais ou, ao menos, poderiam sucedê-los. Esses homens ficavam regozijados ao ver que, através de seus ensinamentos, os curumins deixavam os maus costumes paternos. (SILVEIRA, 2013, p. 96)

Esse aspecto pareceu ser uma ideia mais conveniente aos olhos dos padres, porque os curumins pertenciam a um estágio anterior ao de seus pais, por ainda não terem sido corrompidos pelos maus costumes das tradições tribais. Luciana Villas Boas (2009), no trabalho *Línguas da Pregação: os meninos da terra e as missões jesuíticas no Brasil (1549-1555)*, afirma que essas crianças pertenciam a um “status” teológico distinto do dos pais, pois ignoravam a Deus, mas tinham uma pureza ainda intacta, e, assim, o mais breve possível, foram feitas as casas de ler e escrever.

Há a ocorrência, como nos indicam Marisa Bittar e Amarílio Ferreira Júnior (2005) no texto *Casas de Bê-á-bá e Evangelização Jesuítica no Brasil do Século XVI*, de que Nóbrega, ao receber o abraço de despedida de Simão Rodrigues, recebeu também uma orientação de se constituírem casas para os filhos dos gentios. Logo, as casas de ler e escrever não foram só um resultado de tentativas frustradas de evangelização do público adulto, mas sim uma ideia que acompanhava uma concepção social de infância na época, que via os pequenos como seres que eram corrompidos por ensinamentos errados e precisavam aprender qual o caminho certo para se andar.

Segundo Bittar e Ferreira Júnior (2005), primeiramente abriu-se uma casa nas terras onde hoje se encontra a Bahia. Analisando a data de chegada dos padres ao Brasil, 29 de março de 1549, e uma das cartas de Manoel da Nóbrega a seu superior de Portugal, datada de abril de 1549, a qual trazia informações que Vicente Rodrigues já “ensinava a doutrina”, nota-se que o ensino já começou na primeira quinzena após a chegada dos padres.

[...] ho Irmão Vicente [Rodrigues] Rijo insina há doutrina aos meninos cada dia, e também tem escola de ler e escrever; parece-me bom modo este para trazer hos Índios desta terra, hos quaes tem grandes desejos de aprender e, perguntados se querem, mostram grande desejos. (NOBREGA, 1549, *apud* BITTAR; FERREIRA JÚNIOR, 2005, p. 158)

A casa citada foi comandada por Vicente Rodrigues, e nela os padres já ensinavam às crianças a ler e escrever e também a doutrina. Nesse momento, havia apenas a casa da chamada província da Baía, pela pouca quantidade de missionários e de terras e dinheiro para manter esses ambientes (BITTAR; FERREIRA JÚNIOR, 2005).

Ainda segundo a mesma autora, já em 1550 houve um momento importante para esse enfoque na infância, pois chegam ao Brasil mais quatro missionários e sete crianças órfãs e, juntamente com esse grupo, vinha a autorização para a criação de casas na colônia. Embora os padres já ensinassem aos índios e tivessem casas de ler e escrever, a autorização marcava um apoio oficial do comando sobre os trabalhos realizados em terras brasileiras.

O que os padres tinham como grande diferencial com relação aos meninos órfãos era sua capacidade de se aproximar com mais facilidade das crianças indígenas. Recorrendo novamente a Silveira (2013), pode-se analisar os pontos positivos desse auxílio na evangelização. Ela menciona que os meninos de Lisboa aprendiam mais rápido a língua indígena e atraíam os curumins com seus cantares, além de, segundo os padres, edificarem os cristãos das terras brasileiras. A autora ainda menciona que esses meninos participavam ativamente das procissões, junto com os meninos da terra, rezando o Pai Nosso, Salve Rainha, Credo etc.

Maria José Aviz do Rosário (2015), em seu trabalho *A Educação Jesuítica no Brasil Colônia*, afirma que, em 1550, se fizeram duas escolas de ler e escrever, com o auxílio dos meninos órfãos, uma na Baía e outra em São Vicente, com o objetivo de formar mais sacerdotes para a obra no Brasil. Segundo a autora:

As escolas e colégios jesuítas, subsidiados pelo Estado português, se obrigavam a formar gratuitamente sacerdotes para a catequese, instruir e educar os indígenas, os mamelucos e os filhos dos colonos brancos. O estudo é encarado como fundamental, um espaço para a guerra de idéias contra o protestantismo e na preservação dos valores morais e na difusão da cultura cristã européia. (ROSÁRIO, 2015, p. 384)

Isso nos mostra a ampla importância do ensino dentro dos trabalhos dos jesuítas. As casas de ensino eram para formar mais obreiros, catequizar os “gentios” e reeducar os filhos dos colonos. Como a própria autora menciona, um espaço para guerra contra os protestantes e preservação dos valores morais. O ensino ia além do âmbito da educação formal, pois, para além disso, era o ambiente mais propício para o processo de aculturação que se deu massivamente no Brasil e se iniciou nas crianças.

Segundo Bittar e Ferreira Júnior (2005), uma grande atitude que proporcionou o desenvolvimento das casas da Companhia foi o abandono da ideia orientada pelos superiores jesuítas de depender de esmolas dos colonos para manter as instituições. A autora, como citado anteriormente, diz que o impulso para o aumento da criação de casas foi a chegada dos meninos órfãos, em 1550, mas que também houve, por parte de Nóbrega, o desrespeito a um princípio vigente na ordem jesuíta, desrespeito esse que era o abandono da dependência total de esmolas para que a ordem jesuítica no Brasil pudesse ter bens como fazendas, gados e pessoas escravizadas, pois, segundo ele, a questão financeira era fundamental para que a “iniciativa catequética” lograsse êxito ou não.

Trazendo uma carta de Nóbrega, a autora destaca que uma casa mantida de esmolas poderia sustentar somente três irmãos, no máximo, e o padre, atento à sua realidade material, optou por proporcionar uma estrutura que mantivesse as necessidades da Companhia no Brasil sem depender da boa vontade do povo, pois, mesmo com muitos colonos dispostos a ajudar os irmãos, o valor que eles recebiam de esmolas somado ao auxílio da Coroa não era suficiente para manter casas que sustentassem e alimentassem padres e diversas crianças.

Kist (2008) apresenta uma versão mais problematizada dessa discussão. Segundo seu trabalho, com a chegada de Luís da Grã, em 1553, houve uma grande discussão sobre a viabilidade da manutenção das casas, pois elas não se mantinham e não se podiam manter somente com esmolas, e muitos dos padres sentiam uma espécie de culpa e contrição, pelo fato de estarem vivendo em desconformidade com as ordens da Companhia. O padre Grã tinha a ordem de seus superiores para resolver o problema e defendeu a ideia do ensino das crianças dentro das aldeias, pois havia questionamentos com relação à eficácia de se manterem meninos em casas próprias para o ensino. Segundo Kist, a discussão aconteceu em sincronia com a chegada das Constituições da Companhia, que trouxe uma solução parcial ao problema.

Essa discussão em torno da manutenção ou não das Casas de Meninos coincidiu com a chegada das Constituições da Companhia de Jesus. A partir do estudo delas e das tentativas de acomodar a obra brasileira aos seus regulamentos, deu-se princípio a um novo projeto de fundação de colégios, mais em conformidade com os regulamentos da ordem. Ou, como no caso da Baía, acomodaram-se as Casas de Meninos ao que as Constituições instituía. Segundo estas, não eram os jesuítas que deviam fundar os colégios, senão recebê-los fundados e dotados por benfeitores. (KIST, 2008, p. 36)

Isso, porém, não resolveu o problema totalmente, pois o benfeitor das casas de meninos do Brasil, a Coroa, ao dotá-las, não alimentava financeiramente cada uma delas de forma suficiente, isso quando os pagamentos eram realizados regularmente, como nos informa Kist:

No entanto, como a dotação real dos Colégios no Brasil mostrou-se, com o tempo, insuficiente para assegurar a sua sustentação e nem sempre era devidamente paga, os jesuítas foram adquirindo para os Colégios propriedades rurais, por meio das quais complementavam o suprimento dos gastos. (KIST, 2008, p. 37)

Mesmo depois do fim da regência de Nóbrega, esse problema permaneceu, pois a intenção da Companhia sempre foi o crescimento do número de cristãos e evangelização do povo de forma geral. Novamente, Marisa Bittar e Amarílio Ferreira Júnior (2017), no artigo *Adaptações e Improvisações: a pedagogia jesuítica nos primeiros tempos do Brasil Colônia*, trazem algumas questões que evidenciam e esclarecem muitas coisas sobre como era o ensino e a questão das casas dos padres. Essas casas, segundo os autores, serviam também como igrejas,

escolas, escritórios, despensas etc. Eram um ambiente propício à familiarização e à união, pois várias atividades da vida dos padres eram realizadas dentro delas. Assim, os meninos internos viviam uma realidade que trabalhava muitos aspectos, não só pedagógicos, mas também de vida. Para eles:

[...] as casas lembram a cultura hebraica de se construir nos fundos da sinagoga uma sala de aula onde se ensinavam os rudimentos de ler e escrever para os meninos. Desse modo, os jesuítas recuperavam elementos da tradição hebraico-cristã que perdurou no período da chamada igreja primitiva, de realizar a conversão dos ditos “gentios” com base nos textos religiosos [...] (BITTAR; FERREIRA JÚNIOR, 2017, p. 52).

Percebe-se que as casas eram o lugar de encontros, não só catequéticos, mas de uma cultura que deveria ser passada. As formas de ensinar eram planejadas com o intuito de desenvolver nas crianças aspectos culturais europeus, assim, a didática não se interessava na apropriação da cultura local, mas sim na reprodução, pelos curumins, da cultura dos brancos. A catequese, o ensino das letras e a própria organização das casas visavam à apropriação religiosa, à apropriação cultural de hábitos essencialmente europeus, considerados pelos padres “os hábitos corretos”.

O ensino realizado pela Companhia de Jesus

Segundo Almir Grigorio dos Santos (2018), em seu trabalho *A Educação Jesuítica nas Cartas de Anchieta – ensino da leitura e da escrita no Brasil do século XVI*, os conteúdos básicos trabalhados pelos padres eram três: os rudimentos da fé, instrução das primeiras letras e escrita. Assim, eles lecionavam e catequizavam aqueles que eram os alvos principais dos trabalhos jesuítas. As crianças tinham uma resposta positiva nessa dinâmica de ensino e na rotina imposta pelos padres. Santos (2018) cita uma carta de 1554 de Anchieta para mencionar a disposição dos meninos para participar das atividades, visto que, mesmo sendo em condições precárias, dadas as circunstâncias da colônia, os alunos iam e permaneciam com eles.

O autor ainda discorre a respeito das semelhanças com a didática europeia, pois os irmãos reuniam grupos de crianças dentro das casas “copiando o modo de ensino europeu, ou seja, um grupo de alunos reunidos para aprender a ler, escrever e a doutrina” (SANTOS, 2018, p. 110). Os alunos se reuniam duas vezes ao dia na escola e faziam as lições, aprendendo sobre a fé e as letras. O autor menciona que os jesuítas, ao tirar as crianças do convívio dos pais, acreditavam estar fazendo um favor a eles, já que estes, na concepção desses padres, não sabiam educar os filhos.

Paulo Castagna (1994), no trabalho *A Música Como Instrumento de Catequese no Brasil dos Séculos XVI e XVII*, traz um aspecto muito importante, que é a musicalização, um trabalho em que os padres usavam a cultura musical nativa e a mudavam para um repertório musical católico, aproveitando o ritmo, batida e instrumentos das tribos indígenas. Essa forma de catequese e ensino se fazia traduzindo orações e cânticos religiosos para o idioma nativo e, então, introduzindo-os nos toques de tambores e danças das tribos.

O autor comenta sobre a insistência dos padres nesse tipo de trabalho, o musical, que gerou indígenas capazes de reproduzir perfeitamente músicas cristãs europeias, de modo que alguns chegavam a produzir seus próprios instrumentos (CASTAGNA, 1994).

Isso ocorreu porque os irmãos da Companhia traduziam e compunham letras de cunho religioso. Adaptando algumas melodias europeias que já existiam aos textos religiosos, os padres, principalmente Navarro, levavam essas letras na língua tupi a todos os índios circunvizinhos a eles, sistematizando a chamada “língua geral”, disseminada dentro da terra brasileira como sendo a principal. Segundo o autor, o padre Navarro se dedicou com afinco ao ensino bilíngue das crianças, tentando usar o tupi para ensinar o português e doutriná-las. Era importante o aprendizado de uma “língua geral”, por parte dos padres, para poderem se comunicar com a comunidade local e ensinar a língua portuguesa para tirar os indígenas de uma língua que não agradava à metrópole portuguesa (CASTAGNA, 1994).

O mesmo autor menciona também que Navarro ensinava o canto das orações em português e em tupi, com as melodias indígenas, e que:

Rapidamente, essas orações começaram a se difundir como instrumentos práticos de catequese. Em 1551 são encontradas nas aldeias de Pernambuco, 7 em 1552 no Rio de Janeiro, 8 em 1553 em São Vicente, 9 em 1554 no Espírito Santo e em Piratininga (São Paulo [sic.])¹¹. As versões em português eram úteis para o aprendizado da nova língua e as em tupi para a disseminação das idéias cristãs entre os catecúmenos e entre seus pais, menos suscetíveis ao abandono da “gentilidade”. (CASTAGNA, 1994, p. 7)

Kassab (2010) também apresenta esse tema, dizendo que a musicalização foi um dos instrumentos que serviram para quebrar as barreiras entre as culturas europeia e indígenas. Segundo ela, os irmãos se despiram de seus conceitos preexistentes para conseguir fortalecer os ideais cristãos frente ao povo nativo e, assim, conseguir a atenção e confiança de seu público-alvo, as crianças.

Patricia Micheline Aguiar (2018), no texto *Música Antes, Palavra Depois: sobre a realização do repertório da catequese com instrumentos musicais nas missões jesuítas brasileiras*, afirma, em consonância com o que já foi trabalhado, que os curumins eram atraídos pela comoção causada pela música, bem como pela presença de meninos órfãos que cantavam músicas nos ritmos indígenas, mas de cunho devocional. Ela ainda relata que os jesuítas, desde o princípio, ensinavam por meio de música, usando a memorização para que os meninos “aprendessem” os ensinamentos bíblicos.

Assim, Anchieta começa em seu trabalho uma didática que, segundo os documentos, serviu muito à terra, pois o padre fez a utilização do teatro, que, segundo Silveira (2013), foi um trabalho que envolvia música, cores, língua nativa, mímicas etc. Como a cultura indígena era viva e apaixonada por esses aspectos, foi uma didática muito interessante posta em prática por Anchieta. Além disso, entre outras ideias, ele pretendia entrar no imaginário indígena para convencê-los da veracidade e originalidade da mensagem católica. Citando Bosi, a autora comenta esse trabalho do padre:

Frente a isto, prossegue Bosi, objetivando converter o nativo, Anchieta organizou poesias e teatros cujo imaginário é composto de um mundo maniqueísta em constante luta: “Tupã-Deus, com sua constelação familiar de anjos e santos, e Anhangá-Demônio, com sua coorte de espíritos malévolos que se fazem presentes nas cerimônias tupis”. O interesse de Anchieta por aprender a língua da terra, afirma Bosi, era fazer “cantar e rezar nessa língua os anjos e santos do catolicismo medieval nos autos que encena com os curumins” (SILVEIRA, 2013, p. 108)

Ainda falando sobre Anchieta, mas retornando ao trabalho supracitado de Bittar e Ferreira Júnior (2017), vemos que os autores apontam que ele menciona a participação de crianças de ambos os sexos nos catecismos e ensinamentos realizados pelos padres, além de ter elaborado uma gramática da língua tupi para auxiliar os irmãos da Companhia nos trabalhos evangelísticos.

Tratando da questão didática do ensino, como dito anteriormente, o modelo europeu não teve “muitas graças” nas terras brasileiras na sua totalidade, mas o trabalho dos padres, segundo Aguiar (2018), foi pautado em ideias das suas experiências educativas europeias em consonância com observações “in loco” da receptividade indígenas frente às suas ações.

Aguiar trabalha também a afirmação do conteúdo pedagógico, que, no Brasil Colônia, era formado por partes dos ritos sacramentais da Igreja e, segundo ele, era trabalhado da mesma forma na Europa, apresentando adaptações no Brasil para a cultura indígena local. Assim, se na Europa as crianças começavam, nos colégios jesuítas, a aprender o latim elementar fazendo correspondência com as orações básicas que as crianças conheciam das missas, e, posteriormente, se ensinava a leitura e escrita do português (a língua vulgar). No Brasil, acontecia o oposto. Já que as crianças indígenas do Brasil não sabiam o português, era

necessário, primeiro, ensinar a elas o idioma de sua nova cultura, e isso acontecia com a ajuda dos tradutores locais, para que, posteriormente, se houvesse chance, eles aprendessem o latim (AGUILAR, 2018).

Uma coisa que ocorreu com Nóbrega foi que, compreendendo que o modelo europeu de colégios não daria resultado no Brasil, ele precisou reformular suas pedagogias para trabalhar nas casas brasileiras. Segundo Kassab:

Planejaram e implantaram as casas de ler, escrever, contar e cantar propondo o ensino aos filhos de índios, colonos e aos órfãos de Lisboa, aprendendo rapidamente a viver com os nativos e com os demais moradores da Colônia; perceberam que, somente, as explicações do que ensinavam não bastavam, precisavam vivenciar e experienciar juntamente com os moradores da Colônia o processo de ensinar e aprender, para que surgissem resultados positivos não só na direção de Roma, mas também na direção da Coroa portuguesa. (KASSAB, 2010, p. 153).

A autora afirma que as manifestações lúdicas também foram muito trabalhadas pelos padres da Companhia. Eles compreenderam que, para atrair as crianças até as casas, era necessário um instrumento que facilitasse a comunicação e aproximação dos irmãos com elas. Essa catequese também enfrentou problemas no seu caminho. Segundo Kassab, um deles era a constante mudanças dos índios com seus filhos, por sua vida seminômade. Logo, mesmo com os pais “colaborando”, as constantes mudanças impediam uma constância no ensino e catequese das crianças (KASSAB, 2010).

Resultados e discussões

Como resultado, através desta pesquisa, veio a conhecimento como ocorreu o processo educacional ministrado pela Companhia de Jesus, referindo-se à construção e ao desenvolvimento de atividades nos seus ambientes de evangelismo em meio à cultura indígena, e, com isso, houve a investigação de como ocorria o processo de ensino-aprendizagem no Brasil Colônia, bem como do que os jesuítas faziam para alcançar seus objetivos educacionais.

Sendo assim, discutidas com as referências bibliográficas históricas possíveis respostas e novos conhecimentos sobre esse período tão intenso da educação no Brasil, já que muito do que os jesuítas trouxeram até nós, naquele período, permanece, até hoje, arraigado em nossa cultura e acaba explicando os motivos que nos levam a “imitar” certos comportamentos em sala de aula.

Depois do ensino das crianças, os padres colhiam aquilo que consideravam ser os frutos do seu trabalho. No geral, a permanência das crianças com eles já era uma grande vitória alcançada. Ainda assim, existem aspectos que serão contemplados a seguir e foram considerados pelos autores estudados como resultados do trabalho dos padres no Brasil, sendo eles tanto positivos como negativos.

Ao ler o trabalho de Silveira (2013), pode-se ver que em 1559 o padre Antônio Blázquez afirma algo sobre a persistência e fé das crianças. Depois de dez anos de evangelismo, o ensino aos pequenos parecia dar frutos. O padre chegava a planejar deixar que esses meninos ensinassem a outros sozinhos, na língua indígena e na portuguesa, e aos companheiros da doutrina cristã. O padre trata não somente de compartilhar ensinamentos, mas do próprio ensino a ser ministrado oficialmente, de indígenas para indígenas, de forma bilíngue e catequética.

Esse trabalho tinha o intuito de formar os cristãos do “além-mar”, que fossem fiéis. Silva e Amorim (2017) mostram em seu artigo *Apontamentos sobre a Educação no Brasil Colonial (1549-1759)* que os padres queriam mudar os costumes e práticas dos índios no geral, principalmente aqueles que representavam pecados muito fortes para a doutrina da Igreja, como poligamia, antropofagia e nudez. Assim, para os padres, a mudança estava no encaminhamento das crianças e dos jovens na religião, fato que se demonstrava promissor em muitos relatos jesuítas.

Pavão (2011), em seu trabalho *Balanço Histórico e Historiográfico da Assistência à Infância “Desvalida” no Brasil*, fala sobre essa intenção de gerar crianças produtoras e transmissoras de religiosidade. Ele afirma que o amparo à criança pobre do Brasil Colônia estava relacionado à “perplexidade da população de origem portuguesa, arraigada em valores cristãos, diante da possibilidade de ‘anjinhos’ falecerem sem receber os sacramentos” (PAVÃO, 2011, p. 2). Segundo ele, um dos fatores geradores do problema era o contato do índio sem condições biológicas para a defesa de doenças trazidas pelos europeus com os colonizadores e a sua consequente morte. Isso gerava muitas crianças sem pais dentro das aldeias, o que levou a necessidade de abrigar e educar esses pequenos “anjinhos” no caminho da salvação.

Os trabalhos que geravam bons frutos necessitavam de comunicação e transmissão, dentro e fora das terras brasileiras, para incentivar os trabalhos evangelísticos da Companhia. Bôas (2009), em seu trabalho *Línguas da Pregação: os meninos da terra e as missões jesuíticas no Brasil (1549-1555)*, fala sobre isso e traz aspectos importantes sobre o tema. Ela relata a objetivação dos trabalhos dos padres, que queriam criar meninos reformadores, que exortassem seus pais e os levassem ao bom caminho. A autora ainda menciona a referência de uma carta em que Pero Doménech enaltece um menino que fugiu de sua mãe, que assava carne humana.

Bôas (2009) ainda menciona que Vicente Rodrigues se referia aos meninos estudados como “irmãozinhos da terra”, sendo estes os meninos que mais davam esperanças aos missionários. A autora traz sua contraposição à ideia de Serafim Leite, o conceito de que os línguas eram os órfãos e colonos, afirmando que os manuscritos explicitam em muitos momentos serem os línguas meninos da terra.

A autora apresenta ainda uma carta para defender e completar essa afirmação:

Em carta a Inácio de Loyola, Pero Domenech confirma essa possibilidade. Contextualizando a carta dos meninos pregadores atribuída aos órfãos de Lisboa, afirma que “Después de ésta, recibimos otras, de diez o doze niños, hijos de padres gentiles convertidos e bautizados. Scriven cómo tienen ya hecho quatro casas de niños, y iglesias y hermitas entre los gentiles” (Domenech *apud* Leite, 1954 [...]). Ao contrário da cota mencionada acima, em que a autoria é indeterminada, Domenech aqui identifica claramente os remetentes da(s) carta(s) como sendo índios convertidos e batizados e que escrevem. A alusão às outras dez ou doze cartas que Domenech afirma ter recebido dos meninos da terra, além disso, indica a participação dos mesmos na escrita epistolar sobre o trabalho apostólico praticada pelos demais membros da ordem. Finalmente, o status dos “irmãozinhos” como cristãos da terra e letrados reaparece nos elementos em que se decompõe o autógrafo da carta, tal como o traduz Leite: “Diego (batismo) Topinambá (tribo) Peribira (família) Mongetá Quatiá (que lê e escreve)” (Leite, 1954, pp. 389-90). (BÔAS, 2009, p. 169)

Esses meninos, como descreve a citação, eram batizados e convertidos, além de serem filhos de pais gentios, por isso, a afirmação de que os meninos “curumins” ou mestiços eram intérpretes, praticantes da fé e reconhecidos pelos padres parece plausível aos olhos da autora.

Esses avanços, palavra utilizada na perspectiva jesuíta, eram relatados nas cartas e escritos de forma sequenciada. Kassab (2010) traz essa ideia e destaca uma carta que se refere ao batismo de alguns indiozinhos que aconteceu em uma missa realizada pelo padre João Gonçalves, em comemoração a Nossa Senhora, na qual, sob orientação de Nóbrega, ele batizou esses pequenos. Traz ainda outro trecho da correspondência em que relata que à noite o padre manda os meninos cristãos que estão em casa ir pelas casas da aldeia ensinar a doutrina na companhia de alguns órfãos de Lisboa.

Assim, fica claro que os padres relataram em seus escritos os frutos dessa obra, além dos seus esforços para conduzir esse trabalho. Eles, apesar de terem realizado o processo de aculturação de um povo de forma que muitos autores tratam como cruel, fizeram grandes esforços em nome de uma certeza, que, apesar de muitos poderem hoje considerar equivocada,

eles tinham. Essa certeza, que pode ser chamada hoje de fanatismo, causou perdas irreparáveis, porém não pode ser ignorada. Esses fatos ocorreram e precisam ser sempre revistos e analisados.

Considerações finais

Independentemente do viés de análise que se proponha, podemos considerar que a ação dos padres da Companhia de Jesus foi profunda e abrangente no contexto do Brasil colonial. Por meio da educação e da catequese, esses padres intentaram imprimir suas visões de mundo e de ser humano, sobretudo nas populações nativas brasileiras.

As produções estudadas neste artigo apontam para um destaque grande, dentro dos atuais estudos, às ações e atividades organizadas dos padres. Pudemos perceber, por meio da análise, que os estudos da área são amplos, abrangendo desde aspectos mais religiosos até aqueles mais lúdicos e educacionais, trazendo, principalmente por meio da análise das fontes documentais produzidas pelos próprios padres, a narrativa que estes faziam de suas missões.

Os resultados dessa obra, sejam eles considerados positivos ou negativos, estão hoje em nossa herança cultural e refletem, em parte, muito do que a nossa sociedade é e produz em solo brasileiro. Esses ensinamentos e metodologias até hoje influenciam a prática e vida de muitos brasileiros. Dessa forma, acreditamos que o assunto não está esgotado, ensejando ainda novas pesquisas e novas abordagens a respeito do amplo período de trabalho dos jesuítas junto às populações nativas no Brasil.

Referências

AGUILAR, P. M. Música Antes, Palavra Depois: sobre a realização do repertório da catequese com instrumentos musicais nas missões jesuítas brasileiras. **Revista Música**, [s.l.], v. 18, n. especial, 2018. p. 167-178. DOI:10.11606/rm.v18 especial. 151088. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistamusica/article/view/151088>. Acesso em: 20 jan. 2022

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BITTAR, M.; FERREIRA JÚNIOR, A. Adaptações e Improvisações: A pedagogia jesuítica nos primeiros tempos do Brasil colonial. **Revista Teoria e Prática da Educação**, ano 20, n. 1, 2017. p. 49-61.

BITTAR, M.; FERREIRA JÚNIOR, A. Casas de Bê-á-bá e evangelização jesuítica no Brasil do século XVI. **Revista Educação em Questão**, [s. l.], v. 22, n. 8, janeiro-abril, 2005. p. 153-181.

BÔAS, L. V. Línguas da Pregação: os meninos da terra e as missões jesuíticas no Brasil (1549-1555). **Revista USP**, São Paulo, n. 81, março/maio 2009. p. 161-172.

BORGES, Felipe Augusto Fernandes; BORGES, Elenice Alves Dias. Jesuítas e crianças no Brasil: um panorama das produções historiográficas. **Comunicações Piracicaba**. v. 29, n. 2, maio-ago. 2022. p. 163-188.

CASIMIRO, A. P. B. S.; SILVEIRA, C. N. D.; ALMEIDA, M. C. O. A Pedagogia Jesuítica No Brasil: experiências iniciais, conquistas e vicissitudes no entardecer colonial. **X Colóquio do Museu Pedagógico**, ano 10, n. 01, 2013. p. 859-870.

CASTAGNA, P. A Música como Instrumento de Catequese no Brasil dos Séculos XVI e XVII. **D.O. Leitura**, São Paulo, ano 12, n. 143, abr. 1994. p. 6-9.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 55-83.

DEL PRIORE, Mary. O papel branco, a infância e os jesuítas na colônia. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

KASSAB, I. **As Estratégias Lúdicas nas Ações Jesuíticas, nas Terras Brasília (1549-1597), “Para A Maior Glória De Deus”**. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2010.

KIST, L. **Os Jesuítas no Brasil, Guiados pela Fé e Regidos pela Colônia**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2008.

KUHLMANN JR., Moisés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LODOÑO, Fernando Torres. Crianças e Jesuítas nos primeiros anos da evangelização do Brasil. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, n. 11, p. 97-116, abr./jun. 1995.

OSTETTO, L. E. Imagens da infância no Brasil escravocrata. **Perspectiva**: Florianópolis, v. 9, n. 16, Jan/dez, 1991. p. 133-169. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9131/1068>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PACHECO, T. S. C. As Diferenças de Gênero nos Cuidados e na Educação de Meninos e Meninas no Brasil no Período Colonial. **Revista Cocar**, [s. l.], ano 11, n. 21, 2017, p.142-162.

PAVÃO, E. N. A. Balanço Histórico e Historiográfico da Assistência à Infância “Desvalida” no Brasil. In: Simpósio Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011.

PEREIRA, E. C. **Os Curumins Da Terra Brasília: a educação da criança no século XVI e a pedagogia jesuítica**. 2007. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

RAMINELLI, R. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

ROSÁRIO, M. J. A.; MELO, C. N. A educação jesuítica no Brasil colônia. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 15, n. 61, 2015. p. 379-389. DOI: 10.20396/rho.v15i61.8640534. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640534>. Acesso em: 9 dez. 2021.

SANTOS, A. G. **A Educação Jesuítica nas Cartas de Anchieta – ensino da leitura e da escrita no Brasil do século XVI**. 2018. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

SILVA, G.; AMORIM, S. S. Apontamentos sobre a educação no Brasil Colonial (1549-1759). **Revista Interações**, [s. l.], ano 18, n. 4, 2017, p. 185-196.

SILVEIRA, C. N. D. **A Ação Pedagógica da Companhia de Jesus no Brasil do Século XVI e os Usos da Memória**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2013.